— O Decreto-lei n.º 9.538, de 1946, que regula o afastamento de servidores para trabalho junto a organizações internacionais não foi revogado pelo novo Estatuto dos Funcionários.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

PROCESSO N.º 7.330-51

No anexo processo, o Serviço de Pessoal da Fazenda solicita o pronunciamento desta Divisão sobre se o decreto-lei n.º 9.538, de 1 de agosto de 1946, que dispõe sobre o afastamento de servidores brasileiros para trabalho junto a Organizações Internacionais com as quais coopere o Brasil, foi revogado pelo § 1.º do art. 37 do Estatuto dos Funcionários (Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952), que estabelece:

“A ausência não excederá de quatro anos e, finda a missão ou estudo, somente decorrido igual período será permitida nova ausência”.

2. Motivou a consulta o pedido formulado pelo Secretário Geral do Instituto Interamericano de Estatística, entidade filiada à Organização das Nações Unidas, no sentido de que continue à disposição daquele Instituto, por um período adicional de 2 anos, Otávio Alexander de Moraes, Estatístico, classe O, do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, lotado no Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

3. Esclarece, então, aquêlê Serviço de Pessoal que, se o referido decreto-lei n.º 9.538, de 1946, foi revogado pelo disposto no Estatuto dos Funcionários

o prazo de afastamento para o exterior, de que trata êste último já estará de muito ultrapassado.

4. Ao examinar o assunto, verificou esta Divisão que, de acôrdo com o dispositivo estatutário transcrito no item 1.º, a permanência de servidor no estrangeiro, não poderá ultrapassar o prazo de quatro anos, sendo que somente após a decorrência de igual período de serviço efetivo no Brasil, será permitida nova ausência.

5. Por outro lado, o decreto-lei número 9.538, de 1946, já mencionado, não se refere a prazo de permanência no exterior e sim ao em que o servidor terá de apresentar-se à repartição ou ao serviço a que estava vinculado ao tempo de seu desligamento, estabelecendo, outrossim, as formalidades necessárias ao processamento de tais afastamentos.

6. Assim sendo, uma vez que o disposto no § 1.º do art. 37 da Lei número 1.711, de 1952, não entra em choque com a matéria regulada pelo decreto-lei em aprêço, que é de caráter especial, não vê esta Divisão como admitir-se ter sido o mesmo revogado.

7. Isso porque o dispositivo estatutário questionado se refere, exclusivamen-

te, aos casos previstos no texto do artigo 37, do qual é mero acessório, isto é, às hipóteses de ausência do país “para estudo ou missão oficial”, ao passo que o decreto-lei n.º 9.538, de 1946, regula, em caráter especial, o afastamento de servidores brasileiros para trabalho junto a Organizações Internacionais com as quais coopere o Brasil,

constituindo modalidade *sui generis* de licença sem vencimentos.

8. Com êste parecer, poderá o processo ser restituído ao Serviço do Pessoal do Ministério da Fazenda.

D. P., em 28 de abril de 1953. —
José de Nazaré Teixeira Dias, Diretor.

Aprovado. Em 8-5-53. — *Arízio de Viana*, Diretor-Geral.